

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 400/2002	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
"ALTERA NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA RUA AVARÉ - DISTRITO DA CONSOLAÇÃO." Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 03/12/2014 e ao Ver. Jair Tatto em 11/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 3 (três) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: inclui a Rua Avaré, localizada no Bairro do Pacaembu, Distrito da Consolação, na Lista de Trechos de Logradouros Públicos pertencentes ao Corredor de Uso Especial Z8-CR1-1 (zoneamento passaria de estritamente residencial a uso residencial unifamiliar e algumas atividades de serviços), anexa à Lei 9.411, de 30 de dezembro de 1981, que altera características das zonas de uso Z13, Z17, Z18 e dos corredores de uso especial Z8-CR5 e Z8-CR6; modifica e cria perímetros de zonas de uso; enquadra logradouros como corredores de uso especial, e dá outras providências.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que adapta a propositura a melhor técnica de elaboração legislativa (fl. 05, em 20/10/2002).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas, em 04-12-02 (fls. 8-16) e 02-04-03 (fls. 21-35), onde foi registrado que o citado logradouro é um corredor para as pessoas que vêm da Praça Charles Miller e se dirigem para a Praça Vilaboim, além de servir de estacionamento para os estudantes da FAAP. Há altíssimo fluxo de tráfego, comprovado por medição. A rua Avaré é a única Z1 da região, dentro de uma zona de corredores, Z2 e Z3. Dos 46 imóveis existentes na rua, 36 aprovam mudança de zoneamento...Mais ou menos 60% das casas estão fechadas para alugar ou vender e a segurança privada da rua teve de ser aumentada, porque estava virando cortiço...(fl. 24)

A Comissão exarou parecer **contrário**, considerando que "a comunidade local teve participação ativa no amplo debate e decisões estabelecidas à época da aprovação da Lei dos Planos Diretores Regionais (...) e (...) decidiu pela manutenção da Rua Avaré na zona de uso exclusivamente residencial, ZER" (fls. 40, em 12/12/2007).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fl. 41, em 03/04/2008).

Análise da Consultoria

Conforme argumentado no parecer da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, "a comunidade local teve participação ativa no amplo debate e decisões estabelecidas à época da aprovação da Lei dos Planos Diretores Regionais", e à luz das discussões do Projeto de Lei da Revisão do Plano

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Diretor Estratégico (PL 688/2013), não é recomendável a aprovação do presente PL.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo – Economia
Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
400/2002

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa incluir a Rua Avaré, localizada no Bairro do Pacaembu, Distrito da Consolação, na Lista de Trechos de Logradouros Públicos pertencentes ao Corredor de Uso Especial Z8-CR1-1 (zoneamento passaria de estritamente residencial a uso residencial uni-familiar e algumas atividades de serviços), anexa à Lei 9.411, de 30 de dezembro de 1981, que altera características das zonas de uso Z13, Z17, Z18 e dos corredores de uso especial Z8-CR5 e Z8-CR6; modifica e cria perímetros de zonas de uso; enquadra logradouros como corredores de uso especial, e dá outras providências.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a propositura a melhor técnica de elaboração legislativa.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente exarou parecer contrário, considerando que “a comunidade local teve participação ativa no amplo debate e decisões estabelecidas à época da aprovação da Lei dos Planos Diretores Regionais”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 157/2011	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE ÔNIBUS E VANS ESCOLARES DEVIDAMENTE IDENTIFICADAS A TRAFEGAR PELOS CORREDORES EXCLUSIVOS DE ÔNIBUS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 11/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.					

PENDENTE DE VOTAÇÃO.

Votaram a favor: Ver. Abou Anni e Ver. Ota

Votaram contra: Ver. Paulo Fiorilo

Abstenção: Ver. Milton Leite

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: permite que ônibus e vans escolares, devidamente identificadas e registradas pelo Departamento de Transporte Público, trafeguem pelos corredores de ônibus. A circulação será permitida entre 6h00 e 20h00 nos dias úteis, respeitada a legislação de trânsito vigente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 20/22).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 25) com resposta às folhas 27/34, em que foi apontado que o projeto “padece de vício insanável” (...) / (...) “por se tratar de organização do Sistema de Transporte, a saber, a alteração do uso dos corredores criados no viário exclusivamente para o tráfego de ônibus que integram o Sistema Municipal de Transporte” (fl. 31). Essa Comissão exarou parecer favorável (fl. 35).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer **contrário** “tendo em vista que a permissão do tráfego desses veículos nas vias exclusivas aos veículos de transporte coletivo público de passageiros ampliaria demasiadamente o rol das exceções influenciando negativamente na qualidade dos serviços de transportes prestados a população”. (fl. 36).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl.38):

- “Sem nenhum demérito pelo trabalho desenvolvido por operadores do sistema de transporte escolar, não verificamos a existência de fundamento legal ou infralegal para concessão de privilégio de circulação para seus veículos”. “Também por uma questão de equidade e respeito à igualdade de direitos, se hipoteticamente os veículos de transporte de escolares fossem autorizados a circular nas faixas e corredores exclusivos, também passariam a ter tal direito todos os veículos de diversos segmentos que prestam serviços semelhantes, em prejuízo dos milhões de usuários do sistema do transporte coletivo por ônibus”. “Por todo o exposto, entendemos que faltam mecanismos, instrumentos e fundamentos para que se possa conceder autorização para uso de corredores de ônibus pelos veículos do serviço de transporte de escolares.... Em termos de impacto orçamentário... poderá ser necessária a adequação de toda sinalização vertical de regulamentação de trânsito dos corredores de ônibus de toda a cidade e seus suportes...”. (Departamento de Operação do Sistema Viário – Secretaria Municipal de Transportes – fls. 41/42).

Análise da Consultoria

A presente propositura, se aprovada, irá gerar custos ao Executivo, conforme acima transcrito.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim**

☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de**

cálculo utilizadas.

☐ **sim**

☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Rodrigo Policano – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 157/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa permitir que ônibus e vans escolares, devidamente identificados e registrados pelo Departamento de Transporte Público, trafeguem pelos corredores de ônibus. A circulação seria permitida entre 6h00 e 20h00 nos dias úteis, respeitada a legislação de trânsito vigente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--

3) PL 181/2011	Ver. NOEMI NONATO (PROS)	Votação			
cria a função de mediador sócio-educativo nas unidades de ensino da rede pública municipal de educação, e dá outras providências. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: cria a função de Mediador Socioeducativo nas unidades de ensino da rede pública municipal de educação e dá outras providências. A função de mediador será provida gradativamente, após a definição das unidades educacionais prioritárias. A função de Mediador Socioeducativo será desempenhada por integrante do Quadro do Magistério Municipal, com formação em pedagogia ou psicopedagogia.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º, a remuneração da atividade excedente de Mediador Socioeducativo, observará aquela aplicável ao trabalho extraordinário, limitada a 25 horas-aula semanais. O mediador desenvolverá prioritariamente, com apoio da Direção e do Conselho de Escola, as seguintes atividades:

- I – ações que promovam a cidadania e os valores éticos e culturais;
- II – projetos que incentivem a integração social do adolescente e a convivência harmoniosa entre os diferentes, sem discriminação de cor, raça, credo, classe social, sexo ou opinião;
- III – incentivo e acompanhamento da participação da família como parceria da escola na educação dos filhos, procurando conhecer a realidade das famílias e ajudando a encontrar a melhor solução para os problemas educacionais;
- IV – auxílio na organização da Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis e outras entidades auxiliares da escola;
- V – instituição de espaços de convivência na unidade educacional, preferencialmente fora da sala de aula, como os jardins, o pátio, a sala de leitura e outros, desde que sejam espaços agradáveis e não comprometam a segurança dos alunos, com a finalidade de discussão de problemas do cotidiano dos alunos, como a violência urbana, a gravidez na adolescência e outros;
- VI – discussão semanal com os alunos por sala de aula sobre os problemas específicos da respectiva turma, após análise e discussão prévia com a coordenação pedagógica da unidade educacional;
- VII – identificar atos e adotar medidas de conscientização, prevenção e combate a toda forma de “bullying” escolar, conforme determina a Lei 14.957 de 16 de julho de 2009, sempre em consonância com a coordenação pedagógica da unidade educacional;
- VIII – organização e acompanhamento de passeios e ações educativas e culturais fora do ambiente

escolar;

IX – promoção e articulação junto à comunidade escolar de ações educativas que visem à promoção da saúde.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela **legalidade** (fls. 29 a 32).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 35 a 36).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: foram realizadas duas audiências públicas. A primeira audiência (fls. 38/47 – menção do PL a fls. 38 a 40) foi realizada em 14/08/2013. O Sr. Nivaldo, assessor da Verª. Noemi Nonato, argumentou que o projeto “pretende trazer educação para a vida”, e possibilita a implementação “gradativa nas unidades que estiverem ocorrendo maiores problemas ou há falta de diálogo, quais sejam *bullying*, gravidez na adolescência ou violência entre alunos e outros” (fl. 39). A Sra Marilva Gonçalves, diretora do Sindicato dos Especialistas de Educação do ensino Público – Sinesp, entende que o “projeto tem, realmente, um objetivo muito positivo, mas achamos que ele conflitua com o papel do coordenador pedagógico. O coordenador pedagógico já é um elemento da equipe técnica da escola e tudo que define as funções deste projeto está dentro das competências do coordenador pedagógico. E, no caso, criando uma função vai resultar em tirar mais um professor de sala de aula, que já não está fácil de ser coberto, não está fácil de cobrir todo o módulo das escolas” (fl. 39).

A segunda audiência (fls. 48/61) foi realizada em 18/09/2013, com menção do PL a fls. 54.

Foi encaminhado pedido de informações ao Executivo (fls. 62), com resposta a fls. 64/71, “no sentido da inviabilidade” (fls. 64):

- “...A propositura ... implica em aspectos de ordem administrativa e pedagógica que inviabilizam a criação da função do mediador socioeducativo nas unidades da Rede Municipal de Ensino... Há que se ressaltar, ainda que a criação da função de mediador socioeducativo nas unidades educacionais implicará na previsão de recursos próprios e específicos para a finalidade, assunto de iniciativa privativa do Prefeito... Considerando que a ação proposta objetiva em obrigações que já vêm sendo cumpridas no âmbito da educação pública do Município de São Paulo, em atendimento ao preconizado na Lei 9394/96 – LDB, a propositura revela-se prejudicada” – Secretário Municipal de Educação (fls. 71).

Essa Comissão exarou parecer favorável (fls. 72).

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo (fl. 75) Resposta do Executivo: (fls. 76-87)

Secretaria Municipal de Educação:

“...parece-nos relevante destacar:

- I) Para o desempenho da função de mediador socioeducativo, seria necessária a constituição de uma nova jornada de trabalho que contemplasse a ação docente juntamente a tal função, requerendo, assim, regulamentação específica para esse fim.” (fl. 78)

“... o papel de “mediador” é inerente ao trabalho do professor, não se constituindo, dessa forma, como função diversa daquela que se espera dos docentes pertencentes ao Quadro do Magistério da Cidade de São Paulo.” (fl. 79)

“... o termo “socioeducativo” relaciona-se à Assistência Social.” (fl. 80)

“... a proposta de criação da função de professor mediador socioeducativo não apresenta relevância suficiente, visto que tal papel já é contemplado pelas figuras do Professor e do Coordenador Pedagógico do Quadro do Magistério. Além disso, conta-se já com leis que instituem o apoio psicológico e psicopedagógico para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.” (fl. 81)

“... propomos o seu veto”. (fl. 82)

Análise da Consultoria

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, inclusive referentes a pessoal. Ressaltem-se, também, as informações de SME sobre a inviabilidade da criação da função do mediador.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º

do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

☐ sim

☒ não

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 181/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Noemi Nonato, visa criar a função de mediador socioeducativo nas unidades de ensino da rede pública municipal de educação e dá outras providências.

A função de mediador será provida gradativamente, após a definição das unidades educacionais prioritárias. A função de mediador socioeducativo será desempenhada por integrante do Quadro do Magistério Municipal, com formação em pedagogia ou psicopedagogia.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º, a remuneração da atividade excedente de Mediador Socioeducativo, observará aquela aplicável ao trabalho extraordinário, limitada a 25 horas-aula semanais.

O mediador desenvolverá prioritariamente, com apoio da Direção e do Conselho de Escola, as seguintes atividades:

I – ações que promovam a cidadania e os valores éticos e culturais;

II – projetos que incentivem a integração social do adolescente e a convivência harmoniosa entre os diferentes, sem discriminação de cor, raça, credo, classe social, sexo ou opinião;

III – incentivo e acompanhamento da participação da família como parceria da escola na educação dos filhos, procurando conhecer a realidade das famílias e ajudando a encontrar a melhor solução para os problemas educacionais;

IV – auxílio na organização da Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis e outras entidades auxiliares da escola;

V – instituição de espaços de convivência na unidade educacional, preferencialmente fora da sala de aula, como os jardins, o pátio, a sala de leitura e outros, desde que sejam espaços agradáveis e não comprometam a segurança dos alunos, com a finalidade de discussão de problemas do cotidiano dos alunos, como a violência urbana, a gravidez na adolescência e outros;

VI – discussão semanal com os alunos por sala de aula sobre os problemas específicos da respectiva turma, após análise e discussão prévia com a coordenação pedagógica da unidade educacional;

VII – identificar atos e adotar medidas de conscientização, prevenção e combate a toda forma de “bullying” escolar, conforme determina a Lei 14.957 de 16 de julho de 2009, sempre em consonância com a coordenação pedagógica da unidade educacional;

VIII – organização e acompanhamento de passeios e ações educativas e culturais fora do ambiente escolar;

IX – promoção e articulação junto à comunidade escolar de ações educativas que visem à promoção da saúde.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Contudo, a fim de corrigir a grafia de algumas palavras, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 181/2011

Cria a função de Mediador Socioeducativo nas unidades de ensino da rede pública municipal de educação, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica criada uma função de Mediador Socioeducativo nas unidades de ensino da rede pública municipal de educação.

Parágrafo único. A função de Mediador Socioeducativo será provida gradativamente através de planejamento estratégico, após a definição das unidades educacionais prioritárias.

Art. 2º A função de Mediador Socioeducativo será desempenhada por integrante do Quadro do Magistério Municipal, com formação em pedagogia ou psicopedagogia.

Parágrafo único. A remuneração da atividade excedente de que trata o caput observará aquela aplicável ao trabalho extraordinário, limitada a 25 (vinte e cinco) horas-aula semanais.

Art. 3º A escolha do Mediador Socioeducativo será feita anualmente pelo Conselho de Escola, entre os interessados em desempenhar a função.

Parágrafo único. O Conselho de Escola poderá reconduzir o mesmo Mediador Socioeducativo para o período subsequente, mediante avaliação do comprometimento e desempenho na função.

Art. 4º O Mediador Socioeducativo deverá desenvolver prioritariamente, com apoio da Direção e do Conselho de Escola da unidade educacional, as seguintes atividades:

I – ações que promovam a cidadania e os valores éticos e culturais;

II – projetos que incentivem a integração social do adolescente e a convivência harmoniosa entre os diferentes, sem discriminação de cor, raça, credo, classe social, sexo ou opinião;

III – incentivo e acompanhamento da participação da família como parceira da escola na educação dos filhos, procurando conhecer a realidade das famílias e ajudando a encontrar a melhor solução para os problemas educacionais;

IV – auxílio na organização da Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis e outras entidades auxiliares da escola;

V – instituição de espaços de convivência na unidade educacional, preferencialmente fora da sala de aula, como os jardins, o pátio, a sala de leitura e outros, desde que sejam espaços agradáveis e não comprometam a segurança dos alunos, com a finalidade de discussão de problemas do cotidiano dos alunos, como a violência urbana, a gravidez na adolescência e outros;

VI – discussão semanal com os alunos por sala de aula sobre os problemas específicos da respectiva turma, após análise e discussão prévia com a coordenação pedagógica da unidade educacional;

VII – identificar atos e adotar medidas de conscientização, prevenção e combate a toda forma de “bullying” escolar, conforme determina a Lei nº 14.957, de 16 de julho de 2009, sempre em consonância com a coordenação pedagógica da unidade educacional;

VIII – organização e acompanhamento de passeios e ações educativas e culturais fora do ambiente escolar;

IX – promoção e articulação junto à comunidade escolar de ações educativas que visem à promoção da saúde.

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Educação fornecerá subsídios e orientação ao trabalho do Mediador Socioeducativo.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 5º As entidades públicas e privadas poderão contribuir com subsídios e recursos humanos e materiais para execução, acompanhamento e avaliação das ações do Mediador Socioeducativo, através da celebração de acordos, convênios e parcerias.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 328/2011	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE CASAS POPULARES A EMPREGADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO DE FUTEBOL NA ZONA LESTE DO CORINTHIANS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Vistas ao Ver. Jair Tatto em 11/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

PENDENTE DE VOTAÇÃO.

Votaram a favor: Ver. Abou Anni e Ver. Ota

Votaram contra: Ver. Paulo Fiorilo

Abstenção: Ver. Milton Leite

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: determina a reserva de imóveis construídos pela Prefeitura em projetos habitacionais, sejam eles feitos com recursos próprios ou em parceria com os governos estadual e federal, a trabalhadores da construção civil envolvidos na edificação do estádio de futebol do Corinthians que sediará a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ainda de acordo com a propositura, são condições necessárias para que os trabalhadores acima referidos tenham prioridade na compra dos imóveis citados: i) ter trabalhado em pelo menos 50% da construção do estádio de futebol, considerando o início e o término da obra; ii) residir em moradia de aluguel no Município de São Paulo ou na Grande São Paulo; iii) ter vindo de outros estados para trabalhar nas obras do estádio. O projeto prescreve ainda que os trabalhadores contemplados terão acesso e assistência da Prefeitura e às linhas de crédito e financiamento disponíveis no mercado.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade (fls. 43-45).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 46-47).

Comissão de Administração Pública: parecer contrário, uma vez que “o contingente de indivíduos e famílias que se encontram inscritos na fila de espera das unidades habitacionais de interesse social oferecidas pelo poder público municipal é quantitativamente relevante. Mesmo diante da produção oferecida, esta situação pode se deteriorar ainda mais, por exemplo, na ocorrência de situações emergenciais que envolvam remoções de famílias que habitam áreas de risco” (fls. 51-52). Há voto vencido favorável, com substitutivo (fls. 53-54).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, com substitutivo que destina imóveis construídos pela Prefeitura a todos os operários da construção civil atuantes no âmbito do Município de São Paulo (fls. 55-56).

Análise da Consultoria

Interpretando-se a propositura como apenas reservando uma parte das habitações construídas anualmente para os trabalhadores citados, e não alterando o número planejado de habitações a serem construídas, não há impactos financeiros significativos.

Elaboração: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 328/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa determinar a reserva de imóveis construídos pela Prefeitura em projetos habitacionais, sejam eles feitos com recursos próprios ou em parceria com os governos estadual e federal, a trabalhadores da construção civil envolvidos na edificação do estádio de futebol do Corinthians que sediará a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ainda de acordo com a propositura, são condições necessárias para que os trabalhadores acima referidos tenham prioridade na compra dos imóveis citados: i) ter trabalhado em pelo menos 50% da construção do estádio de futebol, considerando o início e o término da obra; ii) residir em moradia de aluguel no Município de São Paulo ou na Grande São Paulo; iii) ter vindo de outros estados para trabalhar nas obras do estádio. O projeto prescreve ainda que os trabalhadores contemplados terão acesso e assistência da Prefeitura e às linhas de crédito e financiamento disponíveis no mercado.

Em seu parecer, a douta Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresentou substitutivo estendendo o benefício previsto no projeto de lei a todos os operários da construção civil atuantes no Município de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 393/2012	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
INCLUI NOVO DISPOSITIVO NA LEI Nº 15.406, DE 8 DE JULHO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA NOTA FISCAL PAULISTANA E COLETA SELETIVA DE LIXO E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 13/08/2014, ao Ver. Ricardo Nunes em 03/09/2014 e ao Ver. Jair Tatto em 25/11/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto. Adiado por 1 (uma) sessão em 25/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: inclui novo dispositivo na Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011 — que dispõe, entre outros, sobre o Programa Nota Fiscal Paulistana —, com objetivo de conceder créditos na Nota Fiscal Paulistana comercial ou residencial aos contribuintes do Imposto Predial Territorial e Urbano – IPTU – que comprovadamente efetuarem coleta seletiva de seus resíduos sólidos e orgânicos e os disponibilizarem para as cooperativas de reciclagem.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo para “adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, uma vez que a Lei nº 14.097/05, com a redação dada pela Lei nº 15.406/11, dispõe especificamente sobre a nota fiscal eletrônica referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS” (fl. 82 – 84, texto do substitutivo retira menções a leis).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (menção ao projeto - fls. 86 e 94 – sem inscritos).

A Comissão solicitou informações ao Executivo (fl. 97) com respostas nas fls. 99 a 108. A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico destacou as seguintes questões jurídicas e administrativas:

1) “Não atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que implica responsabilidade na gestão fiscal” (fl. 104), pois “a justificativa apresentada junto ao PL 393/2012: não acompanha estimativa do impacto orçamentário-financeiro; não demonstra que a renúncia tenha sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária; e não acompanha medidas de compensação.” (fl. 103);

2) “Determinação de hipóteses de incidência de incentivo fiscal pelo Executivo, o que afronta a Constituição Federal” (fl. 104), pois “o artigo 2º do projeto de lei, tanto em seu texto original, quanto no substitutivo, outorga ao Executivo dispor sobre as hipóteses de incidência do crédito gerado. Isso significa que o Executivo determinaria a forma de cálculo dos valores gerados, implicando renúncia de receita decorrente de instrumento não legal. Isso afronta diretamente a Constituição Federal, artigo 150, § 6º, que determina que benefícios fiscais sejam concedidos mediante lei específica.” (fl. 102);

3) “Sistemática falha, sem definição de conceitos relativos à geração de créditos” (fl. 104), pois “uma sistemática de geração de créditos a partir da coleta seletiva é inviável. Isso ocorre porque o único critério objetivo mensurável é a quantidade de lixo produzido. Nesse caso, corre-se o risco de se fomentar a produção de lixo, já que quanto maior a quantidade, maior o crédito gerado.” (fl. 104);

4) “Criação de intransponíveis dificuldades operacionais” (fl. 104), pois o texto do projeto cria “a necessidade de se aferir a separação do lixo. Isso cria dificultosos procedimentos de fiscalização, pois além de se medir a quantidade de lixo selecionado, seria necessário, também, constatar se a separação atende a critérios que tornem esse material de fato útil para a reciclagem. E trata-se, aqui, de monitorar o lixo de mais de dois milhões de geradores” (fl. 104).

A Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 109)

Comissão de Administração Pública: parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 110 e 111)

Comissão de Finanças e Orçamento:

Realizou audiência pública (fls. 114/131), com menção ao PL a fls. 115/120.

O representante da Secretaria de Finanças, Carlos Yoshimori, afirmou que “embora seja nobre o objetivo do projeto, na realidade, é obrigação de todos. É direito de todos terem o meio ambiente ecologicamente equilibrado e, nesse sentido, todos devem preservá-lo. Não imagino que seja necessário conceder créditos para estimular a preservação do meio ambiente.” (fl. 116).

Por sua vez, o também representante da Secretaria de Finanças, Márcio Albuquerque, informou que “Não existe um crédito tributário que esteja sobrando que possa ser fornecido a esse potencial contribuinte do IPTU, que vai até o ponto de coleta seletiva, deixa o seu lixo e consiga de alguma forma abater um crédito. Isso aí não se coaduna, é de operacionalização quase impossível vincular esse tipo de serviço.” (fl. 116)

O Vereador Paulo Fiorilo opinou: “acho que poderíamos pensar na possibilidade de construir uma rede, em que o munícipe levaria o lixo reciclável, poderia ganhar um certificado, um crédito, que ele poderia negociar. O arranjo não é fácil aqui, mas se tiver a disposição da Secretaria, talvez pudéssemos pensar de uma forma em que a própria Prefeitura ganharia. Porque se pode mensurar aquilo que está tirando crédito e aquilo que se deixa de repassar para pagar os dois consórcios.” (fl. 118)

O Vereador Paulo Fiorilo solicitou informações ao Executivo (fl.132), com respostas às folhas 134-148.

A Subsecretaria da Receita, da Secretaria de Finanças, informou “*que não há elementos que nos permitam estimar a renúncia de receita com a entrada em vigor da propositura.*” (fl.135) e “*ratificando entendimento esposado anteriormente, manifestou-se pela não aprovação do PL*” (fl.138).

A Secretaria de Serviços ressaltou “*que segue em andamento o Plano de Expansão da Coleta Seletiva no município de São Paulo, sendo que ocorreu a finalização em 44 distritos, restando pendente 51 distritos, cuja previsão para universalização total é no ano de 2016. (...)*”

Verifica-se na legislação que a coleta seletiva já é uma obrigação para os munícipes usuários, conferindo ainda, com base na responsabilidade o princípio do poluidor-pagador a imposição ao poluidor da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.” (fl.143) e “*do ponto de vista jurídico,*

acompanhamos as demais áreas técnicas no posicionamento quanto ao veto” (fl. 144). Por fim, a Secretaria se posicionou “contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº393/2012” (fl.148)

Análise da Consultoria

O projeto, caso se torne lei, implicará renúncia de receita tributária. Em resposta a quesitos formulados por esta Comissão (ver acima), o Executivo afirma não dispor de elementos que permitam estimar a renúncia de receita com a entrada em vigor da propositura.

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 393/2012

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores David Soares e Laércio Benko, visa incluir novo dispositivo na Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, que dispõe, entre outros, sobre o Programa Nota Fiscal Paulistana, com objetivo de conceder aos contribuintes do Imposto Predial Territorial e Urbano – IPTU que comprovadamente efetuarem coleta seletiva de seus resíduos sólidos e orgânicos e os disponibilizarem para as cooperativas de reciclagem, créditos na Nota Fiscal Paulistana comercial ou residencial.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para “adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, uma vez que a Lei nº 14.097/05, com a redação dada pela Lei nº 15.406/11, dispõe especificamente sobre a nota fiscal eletrônica referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

6) PL 753/2013	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A SOBREPOSIÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO NA DENOMINAÇÃO DA PONTE DA VILA GUILHERME PARA PONTE DA VILA GUILHERME ENG. CURT W. OTTO BAUMGART.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera a denominação da Ponte da Vila Guilherme para Ponte da Vila Guilherme Eng. Curt W. Otto Baumgart.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo, com resposta a fls. 44/48:

- "... a alteração pretendida não encontra nenhum respaldo na legislação em vigor. Também entendemos que embora o ato de agregar o nome de uma pessoa ao nome oficial de um logradouro, como tem sido prática corrente com as pontes desta cidade, se tornou banal e corriqueiro, não é por isso que deixa de ser no mínimo contraditório agregar ao nome do distrito que denomina a ponte, o título e o nome de uma pessoa.... Por todos os motivos expostos, somos favoráveis ao veto ao Projeto..." - Supervisão de Cadastro de Logradouros – Supervisão Geral de Informações - Secretaria Municipal de Licenciamento (fls. 46);

- "... Nada temos a opor... visto o mesmo não apresentar óbice legal" – Secretária Municipal de Licenciamento (fls. 48).

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 49/50), com apresentação de substitutivo "visando adequar a proposta à melhor técnica legislativa" – fls. 49 (o substitutivo modifica a ementa para "Altera a denominação da Ponte da Vila Guilherme para Ponte da Vila Guilherme – Eng. Curt W. Otto Baumgart").

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 51).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 52).

Análise da Consultoria

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 753/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa alterar a denominação da Ponte da Vila Guilherme para Ponte da Vila Guilherme Eng. Curt W. Otto Baumgart.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “visando adequar a proposta à melhor técnica legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PDL 54/2014	Ver. MARCOS BELIZÁRIO (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA "MEDALHA ANCHIETA" A GUIDO AQUINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: concede a “Medalha Anchieta” a Guido Aquino, cuja entrega será efetuada em Sessão Solene, a ser previamente convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 24).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 25).

Análise da Consultoria

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54/2014

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador Marcos Belizário, visa conceder a “Medalha Anchieta” ao Sr. Guido Aquino, cuja entrega será efetuada em Sessão Solene a ser previamente convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Projetos de Deliberação das Comissões

8) PL 372/2011	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	Votação			
INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, O EVENTO "FESTA DE RUA PELA PAZ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir a “Festa de Rua pela Paz”, a ser comemorada, anualmente, no mês de julho.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de

substitutivo a fim de adequar a propositura às regras de técnica legislativa (fls 27 e 28).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl 29).

Análise da Consultoria

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO** **SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 372/2011**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adolfo Quintas, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir a “Festa de Rua pela Paz”, a ser comemorada, anualmente, no mês de julho.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo a fim de adequar a propositura às regras de técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

9) PL 206/2012 Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
INSTITUI "A SEMANA MUNICIPAL DE APOIO A MULHERES VÍTIMAS DE CÂNCER DE MAMA", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: institui, no âmbito do Município de São Paulo, a “Semana Municipal de Apoio a Mulheres Vitimas de Câncer de Mama,” a ser comemorada, anualmente, no dia 29 de abril, data que passa a integrar o Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo. O referido evento, de acordo com a propositura, tem os seguintes objetivos: i - inserir a paciente e a família em grupos de pessoas portadoras da mesma doença que possam contribuir e ajudar, psicológica ou emocionalmente; ii - através da Secretaria Municipal da Saúde, desenvolver parcerias com Instituições Federais, Estaduais e ONGs, para realizar palestras educacionais e encontros temáticos com psicólogos, visando aprofundar temas e ajudar as pacientes e seus familiares a conviver melhor com a realidade da doença. Ainda de acordo com a propositura, para fins de orientação e divulgação da referida semana, deverão ser providenciados folhetos, cartazes e palestras orientativas sobre os benefícios do tratamento para alcançar a recuperação total, tanto física como psicológica e emocional.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que adapta o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis (fls. 27-28, também retira atribuição de funções da Secretaria Municipal da Saúde).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 29).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 30).

Análise da Consultoria

Na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 206/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adolfo Quintas, visa instituir, no âmbito do Município de São Paulo, a “Semana Municipal de Apoio a Mulheres Vítimas de Câncer de Mama,” a ser comemorada, anualmente, no dia 29 de abril, data que passa a integrar o Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que adapta o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 831/2013	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A NOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO DO TIPO TRAVESSA, ANTES INOMINADO, LOCALIZADO NO BAIRRO DO LIMÃO, ZONA NORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (COMEÇA NO Nº 93 DA RUA ITAÚ E TERMINA NAS ESQUINAS DAS RUAS SILVESTRE GONÇALVES (ALT. DO Nº 87) COM R. SILVÉRIO DE CARVALHO (ALT. DO Nº 415) - VILA CAROLINA).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: denomina Travessa Orozimbo Cazelatto, o logradouro público inominado com início na altura do número 93 da Rua Itaú e término na esquina da Rua Silvestre Gonçalves, altura do número 87, com Rua Silvério de Carvalho, altura do número 415, bairro do Limão, Subprefeitura da Casa

Verde/Cachoeirinha/Limão.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: quesitos ao Executivo à fls. 41, com respostas às fls. 42/46: segundo a Supervisão de Cadastro de Logradouros, “entendemos que não cabe denominação ao local, pois, de acordo com o Decreto nº 49.346, de 27 de março de 2008, viela sanitária “é o espaço destinado ao escoamento de águas pluviais e, eventualmente, circulação de pedestres, interligando dois logradouros, sem acesso de lotes para ela, com largura de até 4,00 metros entre os alinhamentos”. Tendo em vista também, que de acordo com o parágrafo único do artigo 739 do Ato 663/34 com a nova redação dada pelo artigo 1º da Lei 7014, de 14 de abril de 1967, não há permissão para qualquer modalidade de acesso a vielas sanitárias, se o Executivo permitir a denominação estará violando esse preceito uma vez que validará o acesso aos lotes cujas construções estão voltadas para o tal logradouro e encontra-se aparentemente irregulares” (fls.43/44).

Esta comissão exarou **parecer pela legalidade, com substitutivo**, “tendo em vista dados técnicos apresentados pelo Executivo à fls. 43, que esclarecem tratar-se de uma viela sanitária” (fls. 47 e 48).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 49 e 50).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 51).

Análise da Consultoria

O presente projeto implica despesas, em tese, orçadas.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 831/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa denominar Travessa Orozimbo Cazelatto, o logradouro público inominado com início na altura do número 93 da Rua Itaú e término na esquina da Rua Silvestre Gonçalves, altura do número 87, com Rua Silvério de Carvalho, altura do número 415, bairro do Limão, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha/Limão.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa aprovou parecer pela legalidade com substitutivo, “tendo em vista dados técnicos apresentados pelo Executivo (...), que esclarecem tratar-se de uma viela sanitária”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--

11) PL 46/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO, O DIA DO ARRAIAL DO REMANESCENTE, A SER REALIZADA, ANUALMENTE, NO SEGUNDO SÁBADO DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário da Cidade de São Paulo, o Dia do Arraial do Remanescente, a ser realizado, anualmente, no segundo sábado de Agosto.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o projeto a técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98” (fls. 09/10)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 11)

Análise da Consultoria

Despesas, em tese, normalmente previstas

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 46/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário da Cidade de São Paulo, o Dia do Arraial do

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Remanescente, a ser realizado, anualmente, no segundo sábado de Agosto.

A egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o projeto a técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 85/2014	Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	Votação			
DENOMINA PASSARELA ZOSIMA ROSA DA CRUZ, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO, LOCALIZADO NO SENTIDO TRANSVERSAL DA AV. JACU PÊSSEGO NOVA TRABALHADORES, PRÓXIMO AOS LOGRADOUROS: RUA HELIODORO DE PAIVA E RUA CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS, JARDIM IGUATEMI, SUBPREFEITURA DE SÃO MATHEUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: denomina Passarela Zosima Rosa da Cruz o logradouro público inominado, localizado no sentido transversal da Av. Jacu Pêssego/Nova Trabalhadores, próximo aos logradouros Rua Heliodoro de Paiva e Rua Confederação dos Tamoios.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou quesitos ao Executivo para obter informações sobre o referido logradouro (fl. 47) com resposta às fls. 49 a 52.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo, visando “atender às observações do Executivo quanto à melhor caracterização do logradouro em questão” (fls.53/54), alterando a redação do art. 1º para “Fica denominada Passarela Zosima Rosa da Cruz a via de pedestre sobre a Avenida Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores que interliga os canteiros laterais na rua Pedro da Esperança na altura do nº 464, esquina com a rua Heliodora de Paiva e o espaço livre (Setor 194 – Quadras 151 e 185), localizada no Distrito do Iguatemi, Subprefeitura de São Mateus”.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 55).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 56).

Análise da Consultoria

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 85/2014

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Juliana Cardoso, visa denominar Passarela Zosima Rosa da Cruz o logradouro público inominado localizado no sentido transversal da Av. Jacu Pêssego/Nova Trabalhadores, próximo aos logradouros Rua Heliodoro de Paiva e Rua Confederação dos Tamoios.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo objetivando “atender às observações do Executivo quanto à melhor caracterização do logradouro em questão”, alterando a redação do art. 1º para “Fica denominada Passarela Zosima Rosa da Cruz a via de pedestre sobre a avenida Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores que interliga os canteiros laterais na rua Pedro da Esperança na altura do nº 464, esquina com a rua Heliodora de Paiva e o espaço livre (Setor 194 – Quadras 151 e 185), localizada no Distrito do Iguatemi, Subprefeitura de São Mateus”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 131/2014	Ver. GILSON BARRETO (PSDB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, COM A FINALIDADE DE INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO A "FESTA DE TEBAS", A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 25 DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. JAIR TATTO (PT)
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)
	Ver. OTA (PROS)
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera a Lei no 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a “Festa de Tebas”, a ser comemorado anualmente no dia 25 de janeiro.

Comissão de Constituição Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “para fazer constar no projeto o inciso XXIV, correspondente a data proposta” (fls 17/18).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição Justiça e Legislação Participativa (fl. 19).

Análise da Consultoria

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Relatório do Relator

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 131/2014**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Gilson Barreto, visa alterar a Lei no 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a “Festa de Tebas”, a ser comemorado anualmente no dia 25 de janeiro.

A douta Comissão de Constituição Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “para fazer constar no projeto o inciso XXIV, correspondente a data proposta”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--

14) PL 263/2014	Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PP)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE DATAS COMEMORATIVAS, O "DIA DAS MÃES", A SER COMEMORADO ANUALMENTE, NO SEGUNDO DOMINGO DO MÊS DE MAIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: dispõe sobre a alteração da Lei nº 14.485, de 19 de Julho de 2007, para incluir, no Calendário Municipal de datas comemorativas, o "Dia das Mães", a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de maio.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 23-24) pela legalidade, com substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: (fls. 25-26) Favorável, na forma do substitutivo de CCJLP.

Análise da Consultoria

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Relatório do Relator

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 263/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 7ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 08/04/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Pr. Edemilson Chaves, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de Julho de 2007, para incluir, no Calendário Municipal de datas comemorativas, o "Dia das Mães", a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de maio.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Requerimentos

15) REQ. FIN 19/2015	Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB) e Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 07/04/2015	

Considerando que a área da Saúde tem recursos orçamentários garantidos constitucionalmente;

Considerando que as autoridades da área da saúde da municipalidade têm um discurso positivo sobre as ações sob suas responsabilidades;

Considerando as notícias veiculadas sobre a proliferação da dengue em praticamente todas as regiões da cidade de São Paulo.

Requeremos, nos termos regimentais, ao Nobre Vereador José Police Neto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que seja oficiado o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, para encaminhar a esta D. Comissão, as seguintes informações sobre:

1) Recursos despendidos na prevenção e combate à dengue e à chikungunya, nos exercícios de 2013 e 2014, bem como, até 31 de março, no exercício de 2015.

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.